



Índice

- 01** Índios invadem prédio e fazem 30 funcionários reféns em Governador Valadares
- 02** Índios da Amazônia começam a sofrer com doenças urbanas
- 03** Fazendeiros prometem resistir às invasões indígenas
- 04** Alunos da Anhanguera promovem desfile de moda inspirado na cultura indígena brasileira
- 05** Prefeitura promove encontro sobre Cadastro Único para quilombolas
- 06** Prefeitura intervém e convence quilombolas a encerrar manifestação em Cururupu
- 07** Seminário expõe desafios para licenciamento ambiental sustentável em quilombos
- 08** Diferentes atividades culturais no campus
- 09** Índios e quilombolas de Oriximiná se reúnem com presidenta da Funai
- 10** Prefeito de Bom Jesus da Lapa é recebido pela ministra da Igualdade Racial
- 11** Quilombos resistem, mas sofrem por abandono
- 12** Comunidade quilombola de Varzinha poderá permanecer em suas terras
- 13** Demarcação de territórios quilombolas no Norte do Estado do ES
- 14** Ministério da Educação instituiu a Ação Saberes Indígenas na Escola.
- 15** Brasil irá sediar Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015
- 16** Governo do Amazonas articula participação de indígenas na 7ª Fiam



- 17** [Após atentado, Kaingang ocupam estância construída dentro da TI Rio dos Índios](#)
- 18** [Pedagogia apresenta culturas africana e indígena](#)
- 19** [Índios ocupam prédio e mantêm funcionários reféns em Governador Valadares](#)
- 20** [Cancelada audiência sobre licenciamento em terras indígenas](#)
- 21** [Nota dos Guarani da Terra Indígena Araçá'i: "Não aceitamos acordos políticos em troca de nossa terra tradicional"](#)
- 22** [Xakriabá ocupam Dsei de Governador Valadares \(MG\)](#)
- 23** [Nota de Repúdio contra os serviços precários do Dsei/Leste/Sesai em Roraima](#)
- 24** [Conferência discutirá Saúde Indígena no Brasil](#)
- 25** [Fundação Palmares quer certificar 1.578 comunidades quilombolas até o fim do governo Lula](#)
- 26** [MPF-RO processa Funai por discriminar índios que não vivem em aldeias](#)
- 27** [Projeto mapeia imagem do índio na história da fotografia brasileira](#)
- 28** [Campo Novo sediará Festival e Jogos Indígenas](#)
- 29** [MS – I Seminário Nacional de Direitos Humanos e Povos Indígenas com Deficiência, 27/11](#)
- 30** [Acrissul debate com vereadores os conflitos agrários envolvendo índios e fazendeiros](#)
- 31** [André discute com deputados e entidades sobre indenização a produtores rurais](#)
- 32** [Indígenas disputam terras em Vicente Dutra](#)



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

33 [Força-tarefa vai agilizar regularização fundiária quilombola](#)

Índios invadem prédio e fazem 30 funcionários reféns em Governador Valadares
SÍTIO R7, 26.11.2013

Tribo Xacriabá invadiu sede da Funasa e exige melhorias na saúde de São João das Missões



Índios da tribo Xacriabá invadiram o prédio da sede da Funasa (Ditrato Sanitário Especial), que fica o bairro Ilha dos Araújos, em Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, na manhã desta terça-feira (26). Cerca de 30 funcionários estão sendo feitos reféns no local.

Segundo informações, eles pedem melhorias na saúde pública da região de São João das Missões, onde moram. Até o momento, não há registro de violência, mas a Polícia Militar acompanha o movimento. Três trabalhadores passaram mal e foram liberados.

Está marcada para 14h uma reunião com os representantes da Funasa e os caciques para que seja negociada a desocupação do imóvel. Os índios pedem ainda a expulsão da coordenadora do local, identificada como Elizabeth.

Índios da Amazônia começam a sofrer com doenças urbanas

SÍTIO REVISTA EXAME, 26.11.2013

Índios têm sofrido com hipertensão arterial e outras doenças típicas das cidades. Mesmo aqueles que permaneceram na selva e que conservaram suas tradições



Amazônia: estudo feito com índios no Xingu constatou que, mesmo longe das cidades, índios estão sofrendo com doenças urbanas

Rio de Janeiro - Os índios da Amazônia já não sofrem tanto com a malária, relativamente sob controle na maior floresta tropical do mundo, mas sim com as doenças comuns das grandes cidades, como a hipertensão arterial e a dislipidemia.

Assim constatou um estudo da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) feito com índios da etnia Khisêdjê que vivem no Parque do Xingu, um enorme conjunto de reservas ambientais e indígenas com 27 mil km² no meio da Amazônia do Mato Grosso e longe das grandes cidades.

Os índios, apesar de permanecerem na selva e conservarem parte de suas tradições, não são alheios às chamadas 'doenças da modernidade', disse à Agência Efe Suely Godoy Agostinho Gimeno, coordenadora do estudo que elaborou o 'Perfil Nutricional e Metabólico dos Khisêdjês'.

O estudo, baseado em avaliações médicas feitas em 179 índios em 2011, constatou que a doença de maior incidência atualmente entre os khisêdjês é a hipertensão arterial, ao contrário

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

de 1965, quando as principais causas de morte nesta etnia eram a malária, as doenças respiratórias e a diarreia.

De acordo com a pesquisa, apesar das doenças infecciosas e parasitárias ainda serem uma importante causa de mortalidade entre estes índios, as que mais cresceram nos últimos anos foram as crônicas não transmissíveis, como a hipertensão, a intolerância à glicose e a dislipidemia, que é um aumento anormal na taxa de lipídios no sangue.

A avaliação mostrou que 10,3% dos índios sofrem de hipertensão arterial. Os casos mais preocupantes atingem 18,7% das mulheres e 53% dos homens.

Fazendeiros prometem resistir às invasões indígenas

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 26.11.2013

Segundo Chico Maia, seguranças já foram contratados



Foto: Divulgação

'Resistiremos', disse Chico Maia sobre as ocupações indígenas

"Se os indígenas tentarem invadir novas propriedades rurais, resistiremos. Não arredaremos um pé para trás", esse foi o recado do presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, hoje (26) na tribuna da Câmara Municipal de Campo Grande, onde foi convidado para falar sobre "Paz no Campo". Maia falou com os jornalistas a respeito do "Grupo de Resistência" que os fazendeiros estão armando no Estado, para evitar novas invasões de propriedades rurais. Segundo ele, não se trata de milícia. "Mas é sim um grupo que vai defender o direito à propriedade", declarou.

O presidente da Acrissul ressaltou que, além de contratar empresas de segurança, os fazendeiros estão unidos para engrossar a força de resistência nas propriedades que os índios planejam ocupar. Ele explicou também que os recursos levantados com o leilão de gado no dia 7 de dezembro, serão para a formação de um caixa. "Os recursos financeiros serão utilizados também para mobilização política dos proprietários rurais", afirmou. De acordo com ele, os indígenas estão planejando entrar nas propriedades rurais a partir do dia 30 de novembro, prazo que deram para o Governo Federal resolver de vez o problema. "Não vamos permitir novas invasões, vamos resistir", advertiu Maia, sem deixar claro se a segurança será armada. "Existem empresas de segurança. Elas serão contratadas para nos ajudar nesse trabalho", disse.

Francisco Maia enalteceu a posição do arcebispo de Campo Grande, Dom Dimas Lara Barbosa, que vai entregar carta ao governo federal, pedindo celeridade na busca de solução para o conflito de terras entre indígenas e produtores rurais em Mato Grosso do Sul. Porém, alguns parlamentares disseram que a posição deveria ter sido tomada há muito tempo.



Alunos da Anhanguera promovem desfile de moda inspirado na cultura indígena brasileira

SÍTIO SEGS, 26.11.2013

Para desenvolver a coleção, os estudantes buscaram referências nas cores, formas e texturas

As cores e os costumes indígenas foram a inspiração das roupas e acessórios que os alunos do curso Superior de Tecnologia em Design de Moda da Universidade Anhanguera UNIBAN – unidade Vila Mariana – irão apresentar ao público na próxima quarta-feira, dia 27.

Tendo como proposta de mercado inspirações para o Inverno 2014, os estudantes buscaram referências nas tradições, costumes e crenças indígenas, nas quais as cores, as formas e as texturas revelam muita criatividade. “Além do desenvolvimento do produto, ficou também sob a responsabilidade dos alunos a organização do evento, o que reforça a prática pedagógica utilizada no curso de aprender na prática”, explica a professora Rita Bustamante, coordenadora do curso.

O desfile é aberto ao público e será realizado no Centerban da unidade, a partir das 19h30.

Serviço:

O que é: Desfile de Moda dos alunos do curso Superior de Tecnologia em Design de Moda

Quando: dia 27/11, quarta, às 19h30

Onde: Centerban da Universidade Anhanguera UNIBAN (unidade Vila Mariana) - Rua Afonso Celso, 235 - Vila Mariana

Grátis

Sobre a Anhanguera Educacional Participações S.A.

A Anhanguera Educacional Participações S.A é o maior grupo educacional da América Latina em número de alunos. Alinhada à nova fase de desenvolvimento do Brasil, a Instituição oferece ao jovem profissional conveniência e conteúdo compatível com o mercado de trabalho em seus cursos de graduação, pós-graduação e extensão, contribuindo com o projeto de vida dos alunos de crescimento e ascensão profissional. A companhia é líder no uso de novas tecnologias no setor educacional e está presente em todos os estados brasileiros, com 70 campi e mais de 500 unidades de educação a distância, incluindo a Rede LFG, maior especialista na preparação e qualificação de profissionais para atuar com excelência no setor público. Reconhecida pelas melhores práticas de governança corporativa, ingressou na BM&FBovespa em março de 2007 e, atualmente, integra o Novo Mercado.



Prefeitura promove encontro sobre Cadastro Único para quilombolas

SÍTIO PREFEITURA DE BÚZIOS, 26.11.2013

Será realizado no próximo dia 28 de novembro, a partir das 13h, um encontro sobre o Cadastro Único direcionado para as famílias quilombolas que vivem em Búzios. O evento, que buscará tirar dúvidas dos participantes e prestar esclarecimentos acerca do programa social do governo federal, será promovido no hotel Atlântico, localizado à Estrada da Usina, nº 294, Centro. A previsão de encerramento é às 16h30.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou renda mensal total de até três salários mínimos. Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família, o programa permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

Abaixo, segue a programação completa do encontro:

13h – Abertura, com apresentação dos membros da mesa: Secretária de Desenvolvimento Social, Trabalho e Renda, Claudia Carrilho; Subsecretária em exercício da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SSIPS/SEASDH), Lucia Modesto; Superintendente de Oportunidades, Gustavo Martins; Superintendente de Renda e Cidadania (SSIPS/SEASDH), Ana Vieira; Coordenadora Estadual do PBF/CADUNICO – SRC/SSIPS/SEASDH, Letícia Lima; Superintendente de Proteção Social Básica (SSASDG), Heloísa Mesquita; Superintendente de Promoção de Igualdade Racial (SEASDH), Marcelo Dias; Presidente do CEDINE – Conselho dos Direitos Negros, Ivonete de Mendonça; Representante do ITERJ – Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro, Hermínia Castro; Representante da Secretaria de Desenvolvimento Regional, Abastecimento e Pesca, Anselmo Gaio; e representantes de secretarias municipais e coordenadorias.

13h30 – Apresentação: “Cadastro Único para Programas Sociais – o primeiro passo para a inclusão na rede socioassistencial” (Ana Vieira)

14h – Discursos das representações das lideranças: agricultores familiares, catadores de materiais recicláveis, pescadores artesanais e quilombolas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

15h30 – Esclarecimentos das dúvidas e respostas às questões apresentadas do Cadastro Único

16h – Encaminhamentos

16h30 – Encerramento – Coffee Break.

Prefeitura intervém e convence quilombolas a encerrar manifestação em Cururupu
SÍTIO MARCO AURÉLIO D'EÇA, 26.11.2013



A via interditada no povoado Aliança (Imagem: Vias de Fato)

Uma equipe encaminhada pelo prefeito Júnior Franco, conseguiu encerrar, hoje à tarde, uma manifestação de povos quilombolas no povoado Aliança, em Cururupu.

Os manifestantes bloqueavam desde ontem a estrada de acesso ao município.

Os quilombolas exigem a retirada dos moradores ilegais, que invadiram o povoado para construção de chácaras.

- No mês passado, a Justiça Federal concedeu a Emissão de Posse dos moradores, confirmando

a condição de remanescentes de quilombos. Mas não foi feita a retirada dos considerados ilegais - explicou Franco.

Desde ontem, autoridades tentavam convencer os moradores a liberar a entrada e saída da estrada, que liga o município a Mirinzal. Nem o juiz da Comarca, Celso Serafim Júnior, conseguiu autorização para passar.

- Ao lado do vereador Pinto, secretário de Educação e procurador do município, conseguimos o diálogo - disse o prefeito, que garantiu mobilizar sua procuradoria para acompanhar os quilombolas na busca das garantias a posse das terras.



Seminário expõe desafios para licenciamento ambiental sustentável em quilombos
SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 26.11.2013

O seminário 'Licenciamento Ambiental e Perspectivas Sustentáveis em Terras Quilombolas do Pará: Implicações e Desafios' reunirá representantes da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), Ministério Público do Estado, Defensoria Pública e de comunidades de quilombos. A programação acontece nesta quinta-feira, 21, no auditório da Diretoria de Áreas Protegidas (Diap), no Parque Estadual do Utinga, de 8h até as 14h.

A política estadual quilombola (decreto Nº 261 de 22/11/2011) e outros temas serão debatidos por integrantes da coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes dos Quilombos (Malungu), da 8ª Promotoria de Justiça de Castanhal, Defensoria Pública de Oriximiná e da Sema, representada pela Gerência dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais, pela Diretoria de Monitoramento e Licenciamento Ambiental, Consultoria Jurídica, Núcleo de Estudos Legislativos e Coordenação do Projeto de Conservação da Biodiversidade (Conbio) Quilombo.



Diferentes atividades culturais no campus

SÍTIO PORTAL IFF, 26.11.2013

A abertura da exposição "A África que somos" será às 18h desta terça-feira (26), no espaço Raul Linhares. O campus também sediará a peça Hamlet Machine, na sexta-feira (29).

A abertura oficial da exposição "A África que somos" acontecerá às 18h desta terça-feira (26), no espaço Raul Linhares, no IFF campus Campos-Centro. Quem gosta de arte e cultura pode aproveitar a programação de atividades que acontecem ao longo desta semana. Além de "A África que somos", o campus sediará a exibição da peça Hamlet Machine, nesta sexta-feira (29), às 19h, no Auditório Cristina Bastos.

A exposição africana é desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neabi) e reúne performance de escultura, palestras sobre temáticas sociológicas, apresentação teatral e visita a comunidades quilombolas.

A performance com o escultor Márcio Evangelista já está acontecendo, no Espaço Pilotis. Nesta terça-feira (26), também acontecerá a abertura da exposição de fotografias intitulada "Imbé: Terra dos Quilombolas", composta por imagens captadas pelo fotógrafo Antônio Cruz na comunidade do Imbé, onde se concentra o maior número de quilombolas do Brasil.

Para esta quarta-feira (27), está programada uma visita à comunidade do Imbé. A quinta-feira (28), por sua vez, será o dia das seguintes palestras: "O impacto das Leis de Cotas para negros e carentes: diagnósticos e perspectivas", com a doutora em Sociologia e Direito Shirlena Campos; e "Da produção intelectual ao senso comum: as representações do negro e do racismo no Brasil", ministrada pelo doutorando em Sociologia Política Marcos Abrão. Ambas as palestras acontecerão no Auditório Miguel Ramalho.

Na quinta-feira (28), também haverá a apresentação teatral intitulada "Orunkó", no Auditório Miguel Ramalho. E na sexta-feira (29), finalizando a exposição, haverá uma oficina de máscaras africanas no Espaço Pilotis.

Índios e quilombolas de Oriximiná se reúnem com presidenta da Funai
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.11.2013



Funai – A presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, se reuniu na última terça-feira (19), com lideranças indígenas Kaxuyana e Tunayana e quilombolas da Associação Rural de Quilombos do Município de Oriximiná – ARQMO para tratar de questões relativas a demarcação de terra.

Na oportunidade, a presidenta da Funai fez esclarecimentos sobre o processo de demarcação da Terra Indígena Kaxuyana e Tunayana, informando que o processo está sendo analisado pela Presidência para aprovação e publicação do relatório circunstanciado de identificação e delimitação.

Os quilombolas presentes na reunião reforçaram as relações históricas entre eles e os povos indígenas. Para Domingos Printes, da ARQMO o direito dos quilombolas deve ser reconhecido, “a gente conviveu junto durante anos, e os quilombolas viveram no meio dos índios. Meu avô conheceu o avô do Juventino. Então a gente acha que tem que demarcar a Terra Indígena e reconhecer os direitos dos quilombolas”.

Destacando essa antiga aliança, os indígenas e quilombolas reivindicaram a regularização fundiária de seus territórios, destacando que a demora na aprovação e publicação do relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena Kaxuyana e Tunayana poderia causar conflitos na região.

Estiveram presentes Juventino Pesirima Kaxuyana, João do Vale Pekirirua Kaxuyana, Francisco Hugo de Souza (ARQMO), Domingos Printes (ARQMO), Aluísio Silverio dos Santos (ARQMO), além de representantes das organizações não governamentais Luisa Girardi (Iepé) e Lúcia Andrade (CPI-SP).

Os Povos Indígenas da Bacia do Trombetas

A Bacia do Trombetas é habitada imemorial e permanentemente por diversos povos indígenas, como os Kahyana, Kaxuyana, Hixkaryana, Tiriyo, Txikiyana, Tunayana, Xerew, Waiwai, Zo'é e grupos isolados. Com uma população estimada em 3.400 pessoas, estes povos ocupam quatro Terras Indígenas, sendo três delas homologadas (TI Nhamundá-Mapuera, TI Trombetas-Mapuera e TI Zo'é) e uma em processo de regularização (TI Kaxuyana-Tunayana).

CONT.



Estes povos indígenas costumavam viver em aldeias dispersas por diferentes tributários da Bacia do Trombetas até meados da década de 1950/1960, época em que centralizaram-se em torno de destacamentos militares, missões religiosas e postos de assistência, estabelecidos nas proximidades das fronteiras entre o Brasil (Kassawá, Mapuera e Missão Tiriyó), a Guiana (Kanashen) e o Suriname (Kwamalá). Entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000, estes povos iniciaram seu regresso à sua região de origem, não raro abrindo novas aldeias em locais onde existiam aldeias antigas.

A Terra Indígena Kaxuyana-Tunayana

No processo de reocupação de sua região de tradicional habitação, os índios fundaram dezesseis novas aldeias, cuja estimativa populacional é de 500 pessoas. São elas: Ayaramã, Turuna e Wisina (Kaspakuru), no alto rio Trombetas; Santidade e Chapéu, no médio rio Cachorro; Takará, Mapium, Yawará e Tawanã, Paraíso no baixo rio Mapuera; e Matrinxã, Gavião, Torre, Areia, Cupiúba e Belontra, no Nhamundá.

A demanda indígena pela regularização fundiária de sua região de ocupação tradicional remonta ao início dos anos 2000. Embora a reivindicação tenha sido formalizada junto à Coordenação de Identificação e Delimitação (CGID) da FUNAI em 2005, a primeira solicitação relacionada à regularização foi encaminhada à Coordenação Regional deste órgão em meados de 2003. Em atenção a esta demanda, a FUNAI constituiu dois Grupos Técnicos para subsidiar os estudos do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID): o primeiro, em 2008 e, o segundo, em 2010. O estudo, tecnicamente aprovado em abril deste ano, está à espera de assinatura pela Presidência da FUNAI e publicação no Diário Oficial da União (DOU).

As áreas de ocupação tradicional dos índios da TI Kaxuyana-Tunayana (inclusive habitação permanente e perambulação de índios isolados) estão, em parte, sobrepostas à área pleiteada pela comunidade de remanescentes de quilombo de Cachoeira Porteira. Esta comunidade reivindicou a regularização fundiária do Território Quilombola (TQ) no ano de 2004 – época em que o processo de titulação (Processo de 2004/125212) foi instaurado pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Não obstante, o processo foi protelado pela instituição da Floresta Estadual (Flota) do Trombetas, decretada numa área de 3.172.978 ha pelo Governo do Estado do Pará (Decreto 2607, de 04/12/2006). A regularização fundiária do TQ foi retomada em 2012, após intervenção do Ministério Público Federal que, com atenção a uma recomendação da FUNAI, exigiu a identificação do TQ de Cachoeira Porteira. O resumo do relatório quilombola foi publicado nessa mesma época, incluindo cinco aldeias indígenas no interior do polígono proposto. Nesse contexto, a publicação do RCID da TI Kaxuyana-Tunayana faz-se imprescindível, bem como a agilização da regularização do TQ de Cachoeira Porteira.

Prefeito de Bom Jesus da Lapa é recebido pela ministra da Igualdade Racial

SÍTIO PORTAL DA IGUALDADE, 26.11.2013

Comunidades quilombolas, que têm expressiva representação na região do município baiano, foram principal ponto de pauta da audiência



Prefeito solicitou orientação da ministra para o funcionamento da nova Secretaria e para viabilizar ações de infraestrutura que atendam comunidades rurais

A ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial) recebeu hoje (26/11) o prefeito do município baiano de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro. A agenda quilombola, cuja representação é expressiva na região, foi o principal ponto de pauta da audiência, que contou com a presença do deputado Federal Luiz Alberto (PT-BA), e do recém-empossado secretário municipal para a temática racial, assuntos sobre juventude e mulheres, Florisvaldo Rodrigues da Silva.

Entre outras reivindicações, o prefeito solicitou orientação da ministra para o funcionamento da nova Secretaria e para viabilizar ações de

infraestrutura que atendam às comunidades rurais, a exemplo da pavimentação de 120 quilômetros da estrada que liga Bom Jesus ao município de Malhada.

“Precisamos visualizar as principais demandas do município para construirmos uma proposta de trabalho que se encaixe nos programas e projetos da SEPPIR”, declarou a chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, que manifestou disposição para contribuir com o planejamento da agenda racial de Bom Jesus da Lapa.

Para auxiliar a tarefa dos gestores municipais baianos, a ministra sugeriu que eles consultassem o Guia de Implementação do Estatuto da Igualdade Racial para Estados, Distrito Federal e Municípios, lançado na III Conferência Nacional sobre a temática. Elaborada pela SEPPIR, em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a publicação traz orientações práticas sobre como implementar políticas da área.

O município - Localizado a 796 quilômetros de Salvador, Bom Jesus da Lapa tem uma população estimada em 68,2 mil habitantes, entre eles os integrantes das comunidades de Lagoa do Peixe, Povoado de Araças, Cariacá, Pedras, Patos e Retiro, Nova Batalhinha e Povoado de Paus Pretos (Riacho de Santana), Barrinha, Juá-Bandeira e de Rio das Rãs, que é certificada pela Fundação Cultural Palmares do Ministério da Cultura (FCP/MinC). De acordo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

com o IBGE, o município está situado na região centro-oeste do estado da Bahia, na Zona do Médio São Francisco, com território totalmente abrangido pelo polígono das secas.

Coordenação de Comunicação da SEPPIR



Quilombos resistem, mas sofrem por abandono

SÍTIO CEDEFES, 26.11.2013

Erick da Silva, de 8 anos, abre um largo sorriso para dizer que ama o lugar em que mora, numa casa pequena, no alto da Serra da Barriga, de onde a vista alcança léguas e léguas no interior de Alagoas. Lá tem mangueiras, laranjeiras, bananeiras e uma lagoa em que o garoto e seus amiguinhos nadam quase todos os dias enquanto a mãe de Erick, dona Marineida, e outras mulheres lavam roupas. "Aqui é muito gostoso de viver", diz o menino. A mãe concorda, mas pondera: "É um lugar maravilhoso. Só que faltam empregos".

Ela e o filho moram no local onde existiu o quilombo dos Palmares, o mais famoso das Américas, criado por volta de 1590 pela princesa Aqualtune – capturada na África e escravizada no Brasil, ela fugiu grávida de um engenho em Pernambuco e fundou o Palmares. O quilombo abrigou mais de 20 mil negros e teve como principal líder Zumbi, assassinado por bandeirantes brancos em 20 de novembro de 1695. O local hoje é o Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

O parque, fundado em 2007, é o principal cartão-postal do município de União dos Palmares (AL) e atrai milhares de visitantes todos os anos. Os turistas ficam encantados com os atrativos, como a vista da Serra da Barriga. Muitos, porém, nem sequer percebem que lá vivem 14 famílias de brancos e afrodescendentes, como Erick e sua mãe. Embora eles digam que amam o lugar, enfrentam problemas, como a necessidade de lavar roupas na Lagoa dos Negros, cujo volume d'água baixa bastante durante o período de seca.

O dia a dia no local em que abrigou o quilombo mais famoso das Américas e o cotidiano na comunidade quilombola do Pontinha, a 25 quilômetros de Paraopeba, Região Central de Minas, e fundado por descendentes de Chico Rei, são o tema da última reportagem da série "A real abolição", que o EM começou a publicar na quarta-feira. As reportagens mostraram que indicadores econômicos e sociais sobre a população negra aumentaram no Brasil nos últimos anos, mas também que há margem para que eles melhorem ainda mais.

Naquele que foi o maior quilombo do Brasil, Erick acompanha quase que diariamente a mãe, Marineida, e a vizinha, Adriana Santos, à Lagoa dos Negros. Enquanto as mulheres lavam roupas, o garoto e seus amigos brincam de mergulhar. A água não é potável. "É cheia de girinos", alerta o menino. As cartas também não chegam ao lugar. Os moradores precisam buscar as correspondências em União dos Palmares, a 10 quilômetros de lá. Apesar das dificuldades, a mãe dele não deseja deixar o local: "Gostamos deste lugar. Além do mais, estamos aqui há tanto tempo...".

Já no quilombo da Pontinha, na área rural de Paraopeba, moram cerca de 2 mil pessoas. O local foi fundado por descendentes de Chico Rei, o Galanga. Rei no Congo, ele foi capturado e escravizado numa mina em Ouro Preto. A tradição oral conta que Galanga escondia pó de ouro

CONT.



nas unhas e nos cabelos. Dessa forma, comprou a sua liberdade e a de todos de sua tribo. Por isso, fãs da história dele dizem que Chico foi rei no Congo e rei dos negros no Brasil. Seus descendentes vivem hoje no Pontinha.

O lugar é carente de emprego. A principal atividade dos moradores é retirar do fundo da terra uma espécie de minhocas gigantes, conhecidas como minhocuçus, e vendê-las a pescadores. Leonária Aparecida Moreira e Moreira, de 44, e a filha, Andreza, de 19, vendem a dúzia de minhocuçus por R\$ 25. "Gostamos daqui", conta a mãe, mas ressaltando que o lugar é carente de infraestrutura: não há posto de saúde, o acesso é em estrada de terra e a escola pública não oferece o ensino médio.

"Os moradores de Pontinha só são atendidos no posto de saúde de Paraopeba às quartas-feiras. Portanto, temos dia para ficarmos doentes", ironiza Leonária. Sua amiga Éster Batista Gonçalves, de 33, lamenta a falta de empregos na região: "As mulheres são as mais prejudicadas, pois os homens ainda conseguem bicos em fazendas da região. O Natal está se aproximando e meu presente de Papai Noel bem que poderia ser um bom trabalho".

Distância - Ao longo da série "A real abolição", o EM mostrou que o número de empreendedores negros em micro e pequenas empresas cresceu de 8,6 milhões para 11,1 milhões entre 2001 e 2011, segundo dados do Sebrae. A boa-nova, porém, não chegou com pompa para as famílias que hoje moram no local que abrigou tanto o quilombo dos Palmares quanto o fundado por descendentes de Chico Rei, o Galanga. Ainda assim, dona Marineida, a mãe de Erick, e dona Leonária, moradora do Pontinha, são taxativas em dizer que não pretendem deixar suas casas.

Elas torcem para que, 125 anos depois de a princesa Isabel assinar a Lei Áurea, em 1888, a melhoria dos indicadores sociais e econômicos a respeito da população negra também chegue ao antigo Palmares e aos descendentes de Galanga. Erick da Silva, de 8 anos, abre um largo sorriso para dizer que ama o lugar em que mora, numa casa pequena, no alto da Serra da Barriga, de onde a vista alcança léguas e léguas no interior de Alagoas. Lá tem mangueiras, laranjeiras, bananeiras e uma lagoa em que o garoto e seus amiguinhos nadam quase todos os dias enquanto a mãe de Erick, dona Marineida, e outras mulheres lavam roupas. "Aqui é muito gostoso de viver", diz o menino. A mãe concorda, mas pondera: "É um lugar maravilhoso. Só que faltam empregos".

Ela e o filho moram no local onde existiu o quilombo dos Palmares, o mais famoso das Américas, criado por volta de 1590 pela princesa Aqualtune – capturada na África e escravizada no Brasil, ela fugiu grávida de um engenho em Pernambuco e fundou o Palmares. O quilombo abrigou mais de 20 mil negros e teve como principal líder Zumbi, assassinado por bandeirantes brancos em 20 de novembro de 1695. O local hoje é o Parque Memorial Quilombo dos Palmares.

O parque, fundado em 2007, é o principal cartão-postal do município de União dos Palmares (AL) e atrai milhares de visitantes todos os anos. Os turistas ficam encantados com os atrativos, como a vista da Serra da Barriga. Muitos, porém, nem sequer percebem que lá vivem 14 famílias de brancos e afrodescendentes, como Erick e sua mãe. Embora eles digam

CONT.



que amam o lugar, enfrentam problemas, como a necessidade de lavar roupas na Lagoa dos Negros, cujo volume d'água baixa bastante durante o período de seca.

O dia a dia no local em que abrigou o quilombo mais famoso das Américas e o cotidiano na comunidade quilombola do Pontinha, a 25 quilômetros de Paraopeba, Região Central de Minas, e fundado por descendentes de Chico Rei, são o tema da última reportagem da série "A real abolição", que o EM começou a publicar na quarta-feira. As reportagens mostraram que indicadores econômicos e sociais sobre a população negra aumentaram no Brasil nos últimos anos, mas também que há margem para que eles melhorem ainda mais.

Naquele que foi o maior quilombo do Brasil, Erick acompanha quase que diariamente a mãe, Marineida, e a vizinha, Adriana Santos, à Lagoa dos Negros. Enquanto as mulheres lavam roupas, o garoto e seus amigos brincam de mergulhar. A água não é potável. "É cheia de girinos", alerta o menino. As cartas também não chegam ao lugar. Os moradores precisam buscar as correspondência em União dos Palmares, a 10 quilômetros de lá. Apesar das dificuldades, a mãe dele não deseja deixar o local: "Gostamos deste lugar. Além do mais, estamos aqui há tanto tempo...".

Já no quilombo da Pontinha, na área rural de Paraopeba, moram cerca de 2 mil pessoas. O local foi fundado por descendentes de Chico Rei, o Galanga. Rei no Congo, ele foi capturado e escravizado numa mina em Ouro Preto. A tradição oral conta que Galanga escondia pó de ouro nas unhas e nos cabelos. Dessa forma, comprou a sua liberdade e a de todos de sua tribo. Por isso, fãs da história dele dizem que Chico foi rei no Congo e rei dos negros no Brasil. Seus descendentes vivem hoje no Pontinha.

O lugar é carente de emprego. A principal atividade dos moradores é retirar do fundo da terra uma espécie de minhocas gigantes, conhecidas como minhocuçus, e vendê-las a pescadores. Leonária Aparecida Moreira e Moreira, de 44, e a filha, Andreza, de 19, vendem a dúzia de minhocuçus por R\$ 25. "Gostamos daqui", conta a mãe, mas ressaltando que o lugar é carente de infraestrutura: não há posto de saúde, o acesso é em estrada de terra e a escola pública não oferece o ensino médio.

"Os moradores de Pontinha só são atendidos no posto de saúde de Paraopeba às quartas-feiras. Portanto, temos dia para ficarmos doentes", ironiza Leonária. Sua amiga Éster Batista Gonçalves, de 33, lamenta a falta de empregos na região: "As mulheres são as mais prejudicadas, pois os homens ainda conseguem bicos em fazendas da região. O Natal está se aproximando e meu presente de Papai Noel bem que poderia ser um bom trabalho".

Distância - Ao longo da série "A real abolição", o EM mostrou que o número de empreendedores negros em micro e pequenas empresas cresceu de 8,6 milhões para 11,1 milhões entre 2001 e 2011, segundo dados do Sebrae. A boa-nova, porém, não chegou com pompa para as famílias que hoje moram no local que abrigou tanto o quilombo dos Palmares quanto o fundado por descendentes de Chico Rei, o Galanga. Ainda assim, dona Marineida, a mãe de Erick, e dona Leonária, moradora do Pontinha, são taxativas em dizer que não pretendem deixar suas casas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Elas torcem para que, 125 anos depois de a princesa Isabel assinar a Lei Áurea, em 1888, a melhoria dos indicadores sociais e econômicos a respeito da população negra também chegue ao antigo Palmares e aos descendentes de Galanga.

Fonte: Portal Estado de Minas Paulo Henrique Lobato



Comunidade quilombola de Varzinha poderá permanecer em suas terras

SÍTIO CEDEFES, 26.11.2013

A Justiça Federal acatou parecer do Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada e julgou improcedente uma ação judicial, proposta pelo proprietário da Fazenda Varzinha, no município de Igaraci, no sertão pernambucano. Os fazendeiros pretendiam a reintegração de posse da área rural.

A decisão foi uma vitória para a comunidade quilombola que habita o local. A Justiça declarou não restar dúvidas de que a área é ocupada por comunidade quilombola há mais de um século. Sendo assim, a legislação reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes dos quilombos, devendo o estado ficar responsável pela emissão dos títulos da terra.

A procuradora da República Natália Lourenço Soares ressaltou que a terra, tradicionalmente ocupada por remanescentes da comunidade quilombola Varzinha, já possui certidão de reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares. Além disso, que já existe procedimento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) visando à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titularização da área ocupada pela comunidade.

A procuradora destacou, ainda, que o parecer antropológico do Incra está em fase de finalização, bem como o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), principal peça para reconhecimento da área como remanescente de quilombo. "Sem a garantia de permanência na terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer. Dessa forma, não é exagero afirmar que quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está apenas violando o direito à moradia dos seus membros. Muito mais do que isso, se está cometendo um verdadeiro etnocídio", frisou.

Fonte: Diário de Pernambuco



Demarcação de territórios quilombolas no Norte do Estado do ES

SÍTIO CEDEFES, 26.11.2013

Aos 62 anos, José Ayres Nascimento orgulha-se de sua roça e das cabeças de gado que possui, herança que pretende deixar para sua única filha. A 20km de sua casa vive Jorge Blandini, 58, que luta pelo legado de seus ancestrais: o território quilombola de São Domingos, entre São Mateus e Conceição da Barra. Os dois são negros, mas estão no extremo de conflito de terras que, no Norte do Estado, pode afetar mais de 3 mil famílias.

É uma disputa que promete se acirrar a partir da decisão do Ministério Público Federal (MPF) de cobrar na Justiça a celeridade na demarcação dos quilombolas no país. No Estado, a proposta enfrenta resistência de produtores rurais e empresas, que voltam a se mobilizar. Em 2009, após uma série de protestos, eles fecharam a BR 101. O Incra chegou a pedir o apoio de forças federais para realizar a vistoria nas terras.

Demora

No Espírito Santo, mais de cem comunidades foram identificadas como quilombolas, mas nenhuma teve a área demarcada. Os processos são alvo de ações judiciais ou andam a passos lentos, quadro que procuradores da República querem mudar. A primeira ação cobra justamente a criação do território de São Domingos.

Se isso acontecer, as terras de Jorge vão absorver as de Ayres, que não aceita a situação: "Tenho escritura e a quero respeitada. Sou afrodescendente, mas não quilombola", diz. Próximo a ele, vive Juarez dos Santos, 81, outro produtor que descende de negros e é contrário a proposta: "Não vou partilhar minhas terras", frisa.

Expectativa

No outro extremo está a família de Jorge, que há três gerações vive a expectativa de ver seu território demarcado. "É um sonho", conta a esposa dele, Luzinete Serafim Blandini, 54. Juntos relatam que viram suas terras, assim como as de outros quilombolas, serem degradadas e absorvidas pelas florestas de cana e de eucalipto. "Muitas comunidades vivem ilhadas", diz Jorge.

Sem espaço para roças, relata o casal Blandini, as comunidades apostaram na queima do carvão como subsistência, atividade hoje vedada por questões ambientais. "Proibiram até de criar gado", diz Elda Maria dos Santos, a Miúda, 54, líder do Linharinho, território cuja demarcação foi suspensa na Justiça.

Nessas comunidades, há casas de estuque, falta água encanada, e os mais velhos são analfabetos. São famílias que vivem de cestas básicas e do Bolsa Família e cujos filhos vão para periferias das cidades em busca de oportunidades. "A duras penas tentamos manter

CONT.



nossos laços, nossas tradições”, explica Jorge. Assim como Ayres, ele promete não desistir da luta por suas terras.

O CENÁRIO NO ESTADO

Pelo menos cem comunidades foram apontadas como quilombolas no Estado. Um total de 28 já foi identificado pelo Incra, das quais oito contam com processos para demarcação dos territórios. Parte deles é alvo de ações judiciais propostas por empresas e produtores rurais que não aceitam a desapropriação de suas terras.

Processos em andamento

Conceição da Barra

- 1 Angelim 1 3 mil hectares
- 2 Angelim 2 750 hectares
- 3 Angelim 3 160 hectares
- 4 Angelim Disa 910 hectares

Com 200 famílias, a demarcação foi retomado no final de 2010, quando a bacia do Rio Angelim foi dividida em quatro núcleos. Aguarda a conclusão de relatórios técnicos.

5 Linharinho

A área de 9 mil hectares foi reduzida para 4 mil hectares.

O processo foi cancelado em 2010, na Justiça, e está sendo reiniciado com ajuda do Ministério Público Federal. Aguarda conclusão do relatório antropológico. Possui 48 famílias.

11 Roda D'Água

- Roda d'Água e Morro da Onça 700 hectares
- Córrego do Alexandre 100 hectares
- Porto Grande 40 hectares

Com 50 famílias, possui o reconhecimento da Fundação Palmares. Aguarda a produção dos relatórios e do cadastro das famílias.

6 São Domingos

Possui 11.603 hectares.

Sua aprovação está pendente por ser a maior área quilombola do Estado, com 144 famílias. Um dos entraves é o custo para desapropriação, cerca de R\$ 800 mil por família. É analisada a redução do território.

Cachoeiro

24 Monte Alegre

Possui 1.095 hectares. Os entraves estão na identificação dos proprietários das áreas a serem desapropriadas. Tem 102 famílias.

São Mateus

13 São Jorge

O processo foi cancelado na Justiça, mas deve ser reiniciado e o território deve ser dividido em três comunidades: São Jorge, Córrego do Sapato e Morro da Arara.

14 Serraria e São Cristóvão

Possui 1.219 hectares.

Com 45 famílias, foi alvo de diversas manifestações. O processo foi paralisado após decisão judicial.

Ibiraçu

22 São Pedro

Possui 316 hectares.

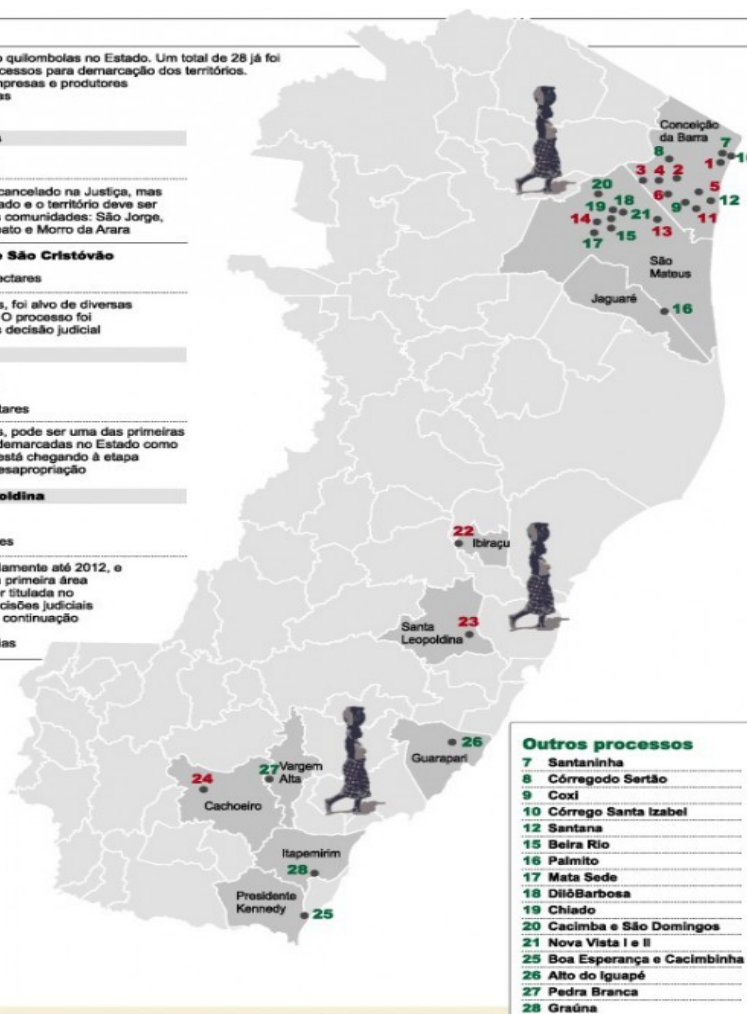
Com 43 famílias, pode ser uma das primeiras áreas a serem demarcadas no Estado como quilombola. Já está chegando à etapa das ações de desapropriação.

Santa Leopoldina

23 Retiro

Tem 520 hectares.

Caminhou rapidamente até 2012, e esta teria sido a primeira área quilombola a ser titulada no Estado, mas decisões judiciais suspenderam a continuação do processo. Possui 77 famílias.



Outros processos

- 7 Santaninha
- 8 Córrego Sertão
- 9 Coxí
- 10 Córrego Santa Izabel
- 12 Santana
- 15 Beira Rio
- 16 Palmito
- 17 Mata Sede
- 18 Dili Barbosa
- 19 Chiado
- 20 Cacimba e São Domingos
- 21 Nova Vista I e II
- 25 Boa Esperança e Cacimbinha
- 26 Alto do Iguapé
- 27 Pedra Branca
- 28 Graúna

FIQUE POR DENTRO

Quilombolas

No passado foram núcleos de negros que se rebelaram contra o regime colonial. Após a Constituição de 1988, o conceito foi ampliado para áreas de remanescentes dos antigos quilombos que mantiveram suas tradições culturais.

Etapas

As comunidades precisam se autodefinir como quilombolas para serem reconhecidas pela Fundação Palmares. Perto disso, é aberto um processo para a demarcação do território. A área é coletiva e pertence à comunidade.

Leis

Os quilombolas tiveram seu direito à terra garantido na Constituição de 1988. Em 2003, a titulação dessas áreas foi regulamentada pelo Decreto 4887, que é alvo de uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal. Com base nele, vários juízes suspenderam a demarcação de terras.

Conflitos

Diversos proprietários de terra são contrários à demarcação das áreas quilombolas. No Norte do Estado, o conflito resultou na criação do Movimento Paz no Campo, que em 2009 levou dezenas de produtores - incluindo proprietários negros - para as ruas.

Fonte: Incra

A. Oliveira - El. de Ariz - Genêsis/Incra



Ministério da Educação instituiu a Ação Saberes Indígenas na Escola.

SÍTIO UFMG, 26.11.2013

Veja a portaria

PORTARIA Nº 1.061, DE 30 DE OUTUBRO DE 2013

Institui a Ação Saberes Indígenas na Escola.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e considerando a Lei nº 12.801, de 24 de abril de 2013, o art. 5º, inciso II, c/c o art. 14, do Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, e a Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012, alterada pela Portaria MEC nº 977, de 3 de outubro de 2013, que instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, resolve:

Art. 1º Fica instituída a Ação Saberes Indígenas na Escola como uma das ações do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais, por meio do qual o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI/MEC, e em regime de colaboração com estados, Distrito Federal, municípios e instituições de ensino superior reafirma o compromisso com a educação escolar indígena na educação básica.

Art. 2º São objetivos da Ação Saberes Indígenas na Escola:

I - promover a formação continuada de professores que atuam na educação escolar indígena na educação básica;

II - oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade que fundamentam os projetos educativos nas comunidades indígenas;

III - oferecer subsídios à elaboração de currículos, definição de metodologias e processos de avaliação que atendam às especificidades dos processos de letramento, numeramento e conhecimentos dos povos indígenas;

IV - fomentar pesquisas que resultem na elaboração de materiais didáticos e paradidáticos em diversas linguagens, bilíngues e monolíngues, conforme a situação sociolinguística e de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

Parágrafo único. Nos processos próprios de ensino e aprendizagem será respeitado o princípio contido no parágrafo 2º do artigo 210 da Constituição Federal.

Art. 3º A Ação Saberes Indígenas na Escola ocorrerá em parceria com instituições públicas de ensino superior, definidas pelo Ministério da Educação, que possuam reconhecida experiência na área de pesquisa e formação de professores indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Art. 4º A Ação Saberes Indígenas na Escola obedecerá às diretrizes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, podendo utilizar de ações complementares, de acordo com as especificidades da educação escolar indígena.

Art. 5º Fica a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) designada a definir as diretrizes complementares para implementação da Ação Saberes Indígenas na Escola.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA



Brasil irá sediar Jogos Mundiais dos Povos Indígenas em 2015

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 26.11.2013

Os Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, previstos para julho de 2015, serão realizados no Brasil.

O anúncio foi feito na quarta-feira (13) pelo ministro do Esporte, Aldo Rebelo, durante a 12ª edição dos Jogos dos Povos Indígenas, em Cuiabá.

Segundo o diretor do Comitê Intertribal Memória e Ciência Indígena, Marcos Terena, a escolha da cidade que sediará os Jogos Mundiais Indígenas deverá ser divulgada em janeiro de 2014.

Antes, o Ministério do Esporte e o Comitê Intertribal se reúnem para definir os critérios da escolha. No momento, pleiteiam sediar os Jogos Mundiais em 2015 as cidades de Belém, Palmas, Petrópolis (RJ), Bertioga (SP) e Cuiabá.

Os primeiros Jogos dos Povos Indígenas no Brasil aconteceram 1997, em Goiânia. A iniciativa foi idealizada pelo índio Carlos Terena e, desde então, conta com o patrocínio do Ministério dos Esportes e parceria dos governos locais, do Comitê Intertribal e o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), vinculada ao Ministério da Justiça. (Ministério do Esporte)



Governo do Amazonas articula participação de indígenas na 7ª Fiam

SÍTIO GOVERNO DO AMAZONAS, 26.11.2013

Na expectativa de fazer bons negócios, um grupo de artesãos indígenas desembarcou no Porto de Manaus nesta terça-feira (dia 26 de novembro), para participar da sétima edição da Feira Internacional da Amazônia (Fiam). Os visitantes representam cinco organizações indígenas do interior do Estado e se juntam a outras 11 associações da capital e entorno, para comercializar cestarias, colares, pulseiras, brincos, anéis, tipitis e outros, que são produzidos nas próprias comunidades.

A abertura oficial da 7ª Fiam ocorre nesta quarta-feira (dia 27), às 17h, no Studio 5 Centro de Convenções, com entrada gratuita. A participação indígena no evento começa no dia seguinte, a partir das 10h, numa área de 60 metros quadrados, localizada na tenda Pavilhão Amazônia, nas proximidades do espaço gastroeconômico e cultural.

A presença das organizações na feira foi articulada pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (Seind), por meio da câmara técnica "Sustentabilidade Econômica dos Povos Indígenas", do Comitê Gestor de Atuação Integrada entre o Governo do Amazonas e a Fundação Nacional do Índio (Funai).

Esta é a terceira participação da Seind na Fiam, que é organizada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), com apoio do Sebrae. "Fizemos várias reuniões na secretaria com os representantes das associações e a maioria decidiu participar da feira, como forma de não somente comercializar os seus produtos, mas, principalmente, divulgar a cultura dos povos indígenas por meio de um grande evento, que tem a participação efetiva do Governo do Amazonas", destacou Deniziu Tikuna, da Coordenação de Promoção Cultural, Esporte e Lazer da Seind, instância responsável pela participação indígena na Fiam, por meio do Departamento de Promoção dos Direitos Indígenas (Depi).

Negócios sustentáveis – A ação faz parte da política de etnodesenvolvimento da Seind, nos eixos de Produção e Negócios Sustentáveis e Fortalecimento das Organizações Indígenas.

Do interior do Estado vieram expositores da Associação das Mulheres Indígenas de Bom Caminho (Amatu) e da Associação das Mulheres Indígenas Tikuna (Amit), ambas no município de Benjamin Constant (a 1.116 quilômetros de Manaus).

As outras três entidades são do rio Negro e estão representadas pelas organizações indígenas Wariró, Associação Arte Puranga Indígena do Rio Negro (AAPIRN) e Associação das Artesãs Indígenas de São Gabriel (Assai), todas em São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus).



Após atentado, Kaingang ocupam estância construída dentro da TI Rio dos Índios
SÍTIO CEDEFES, 26.11.2013

Patrícia Bonilha, de Brasília, Cimi

No último dia 20, por volta das 17h, um segurança da estância turística Águas do Prado, localizado no município de Vicente Dutra (RS), fez seis disparos com arma de fogo contra um carro com indígenas Kaingang após exigir que eles se retirassem da área onde costumam vender artesanato e jogar futebol. Apesar do empreendimento ter sido construído dentro da Terra Indígena Rio dos Índios, demarcado desde 2004 com 715 hectares como território tradicional, e os indígenas, incluindo várias crianças, estarem saindo do local de modo pacífico, o segurança tentou dar uma facada em um dos indígenas. Na sequência, fez os disparos que, felizmente, não acertaram ninguém.

Segundo o vice-cacique Luiz Salvador, o segurança, conhecido como Palmeira, age como um jagunço do empreendimento, tem várias passagens pela polícia e há cerca de quatro anos vem constantemente ameaçando os indígenas, muitas vezes, com armas em punho. "Nós estávamos sendo proibidos de buscar nossa lenha, nosso cipó, de ir e vir, dentro da nossa própria terra. Já tínhamos registrado queixas sobre isso na delegacia de polícia", afirma Salvador.

Após este atentado, e motivados pelo cansaço de esperar pacificamente pela finalização do processo demarcatório de suas terras, os indígenas renderam o segurança, que foi encaminhado ao hospital com ferimentos, e ocuparam a estância turística. Segundo os indígenas, a estância dificulta a homologação e desintrusão da TI Rio dos Índios, já que os pequenos agricultores que ocupam a área afirmaram que aceitam imediatamente a indenização das terras e das benfeitorias para deixarem as terras indígenas.

De acordo com Salvador, os oito hectares ocupados pela estância foram doados pelo município ao empreendimento que os loteou e vendeu. "Foram títulos de má-fé que permitiram a construção das 118 casas de veraneio de gente rica, que não mora aqui. Eles montaram a Associação Águas do Prado para dificultar a garantia dos nossos direitos constitucionais", explica o vice-cacique.

Em uma reunião realizada na última sexta-feira (22), em Passo Fundo, em que estavam presentes os indígenas, a Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério Público Federal (MPF), foi feito um acordo em que os governos estadual e federal se comprometeram a fazer a indenização de vinte agricultores até o mês de março, dando um primeiro passo no processo de desintrusão da área, onde vivem 48 famílias indígenas.

Mesmo assim, segundo Salvador, o clima continua tenso e as lideranças estão recebendo constantes ameaças por telefone e internet. "De qualquer modo, vamos permanecer dentro da nossa terra até o fim do processo. Ela já está demarcada e nós cansamos de esperar

CONT.



pacificamente”, conclui Salvador.

Leia abaixo a carta do Cimi, Gapin e Comin, que contextualiza os fatos e manifesta apoio aos Kaingang da TI Rio dos Índios:

Kaingang da TI Rio dos Índios reagem à política anti-indígena

Em março de 1992 a comunidade Kaingang fez o primeiro pedido formal para a regularização e o reconhecimento do território de ocupação tradicional em Vicente Dutra (RS). Porém, a Fundação Nacional do Índio (Funai) constituiu o Grupo de Trabalho (GT) para identificação e delimitação da Terra Kaingang de Rio dos Índios somente no ano de 2000. No mês de comemoração ao Dia do Índio, de 2003, foi publicado o Relatório Circunstanciado e no final de 2004 foi emitida a Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça Márcio Thomas Bastos, que definiu a área de 715 hectares como de ocupação tradicional Kaingang. A Portaria Declaratória da Terra Indígena (TI) de Rio dos Índios foi a única publicada no Rio Grande do Sul, durante o governo Lula. As conquistas e expectativas eram motivos de alegria, mas desde então sobram razões para a indignação e a dor.

Neste período, se acirrou uma disputa ferrenha, envolvendo pequenos agricultores, administração pública municipal e empreendedores do turismo, já que a estância hidromineral Águas do Prado foi construída dentro da terra demarcada e, segundo os relatos do ‘troncos velhos Kaingang’, este empreendimento teve início com a retirada das famílias Kaingang do local. É devido a esta estância que se tem gerado mais tensão e ameaças contra a comunidade indígena. Em uma ocasião, um não índio teria dito: “a terra indígena nunca vai sair, vamos destruir, arrancar e carregar casas e farmácia de vocês”. Em épocas de veraneio, os Kaingang circulam pelo empreendimento para vender artesanato. Numa destas ocasiões, mulheres e crianças indígenas foram impedidas de passar novamente por ali e foram violentamente ameaçadas: “se voltarem a vender artesanato no local vamos cortar o pescoço de vocês”. O mesmo autor desta ameaça prometeu violentar sexualmente uma jovem indígena. Mulheres e crianças que procuravam lenha, fora do restrito espaço onde se localiza o acampamento, foram duramente ameaçadas por um agricultor ocupante, o qual, portando uma espingarda, ameaçou: “se voltar para pegar mais lenha vão levar um tiro na cabeça”.

A comunidade indígena reage a tais ameaças com resistência e estratégias de luta que zelam pelo clima amistoso entre as partes envolvidas. A tentativa de diálogo com as famílias agricultoras tem sido outra estratégia importante na luta pela continuidade do processo demarcatório. Na busca de garantir seus direitos, as famílias agricultoras solicitam o pagamento da terra junto com o das benfeitorias, mas o estado do Rio Grande do Sul não se comprometeu no atendimento do direito, tampouco o Incra, não se responsabilizando pelo reassentamento ou indenização das terras às famílias agricultoras ocupantes de boa-fé da área declarada.

A comunidade indígena vinha respeitando isso e dialogando com os posseiros. Porém, no último dia 20 de novembro, um funcionário do referido empreendimento hidromineral atacou um veículo ocupado por Kaingang, realizando disparos com arma de fogo contra os indígenas. O grupo reagiu e a comunidade se organizou, ocupando o empreendimento, uma vez que este

CONT.



integra os 715 ha declarados como de ocupação tradicional Kaingang.

A TI Rio dos Índios, reconhecida e declarada por portaria em 2004, e com levantamento fundiário concluído em 2011, aguarda que os órgãos responsáveis (estaduais e federal) se empenhem na desintrusão e que a presidente Dilma Rousseff homologue em definitivo o território como de ocupação tradicional Kaingang.

A comunidade Kaingang da TI Rio dos Índios almeja o fim dos conflitos, que são promovidos e/ou incentivados por organizações sindicais mal intencionadas, políticos aproveitadores, advogados interesseiros e pelo próprio governador Tarso Genro, que tem adiado o andamento do processo e protelado a indenização das famílias agricultoras e ocupantes de boa-fé. Ao não se resolver a questão, não concluindo o processo demarcatório, tanto as famílias Kaingang como as famílias agricultoras sofrem com a insegurança e ficam à mercê de interesses escusos (por vezes com viés econômico), politiqueiros e eleitorais, evidenciados pela falta de disposição dos responsáveis em cumprir os preceitos legais e de direitos das partes, protelando a resolução do caso e potencializando conflitos.

A comunidade Kaingang de Rio dos Índios está organizada e mobilizada e articulada com outras comunidades indígenas, a fim de resistir e permanecer na posse de seu território de ocupação tradicional e de direito (demarcado de acordo ao Decreto 1.775/96).

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Conselho de Missão entre Indígenas (Comin) e o Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin) reafirmam seu incondicional e irrestrito apoio à luta Kaingang e na defesa dos direitos humanos à terra/território das comunidades indígenas. E, junto com a comunidade Kaingang de Rio dos Índios, responsabilizam os órgãos governamentais (estaduais e federal) nas consequências dos possíveis conflitos que possam vitimar famílias Kaingang e agricultoras.

Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Sul)

Conselho de Missão entre Índios (Comin)

Grupo de Apoio aos Povos Indígenas (Gapin)

Novembro de 2013

Fonte: Patrícia Bonilha, de Brasília, Cimi

Pedagogia apresenta culturas africana e indígena SÍTIO UNIFENAS, 26.11.2013

O trabalho faz parte da Prática do Núcleo Integradores 8



Grupo Mundo encenou a peça Cara Vela

Resgatar as culturas africana e indígena e também abordar a inclusão destas raças foram as principais propostas das atividades desenvolvidas pelas acadêmicas do 8º período do curso de Pedagogia, dentro da Prática do Núcleo Integradoras 8.

A professora Maria Cristina da Silva, responsável por esta Prática, conta que a Lei de Diretrizes e Bases, em seu capítulo 5, fala da inclusão. Em seguida vieram as novas legislações abordando a pessoa negra a

indígena nos bancos escolares. Assim, as acadêmicas desenvolveram atividades sobre estas raças nas escolas do Ensino Médio 1 e 2 de Alfenas e também no EJA (Escola de Jovens e Adultos).

Maria Cristina relata que, com estes trabalhos, foi possível perceber que muito do nosso vocabulário, vestimentas, culinária e medicação vieram da cultura afro e indígena. "Nós somos realmente todos um. Nós fizemos um árvore genealógica com nossas alunos e todas descobriram que tinham um parente negro ou indígena. Ou seja, onde cabe o preconceito? Não cabe, né... Não reconhecer o negro ou o indígena como parte de mim mesma é uma autonegação".

O encerramento da Prática ocorreu no começo de novembro, no ginásio poliesportivo da UNIFENAS, com apresentação do teatro Grupo Mundo, que encenou a peça Cara Vela (uma representação do Navio Negreiro); uma apresentação de capoeira pelo grupo Cáritas; uma dança africana e um poema por alunos do curso. Houve ainda uma mostra de comidas típicas.

Para a coordenadora do curso de Pedagogia, professora Rosamaria Silva Hattge de Oliveira, os Núcleos Integradores têm a intenção de integrar vários conteúdos que não são trabalhados no dia a dia do curso e que se fazem necessários para os alunos trabalharem em sala de aula. "Eu fico muito emocionada porque a cada semestre os alunos se empenham mais. É muito prazeroso".



Índios ocupam prédio e mantêm funcionários reféns em Governador Valadares
SÍTIO ESTADO DE MINAS, 26.11.2013

Grupo da tribo Xakriabá invadiu o local nesta manhã impedindo entrada e saída dos trabalhadores. Representantes do Ministério Público e da Polícia Federal participam de reunião com eles

Estado de Minas

Publicação: 26/11/2013 15:36 Atualização: 26/11/2013 16:49

Diversos índios ocupam a sede do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), em Governador Valadares, na Região do Vale do Rio Doce, na tarde desta terça-feira. Os indígenas da tribo Xakriabá, do município de São João das Missões, na Região Norte de Minas, reivindicam melhorias na área da saúde. Desde às 09h30, cerca de 50 funcionários do prédio são mantidos como reféns.

Segundo informações da Polícia Militar (PM), ao serem acionados para comparecer no local, na Avenida Piracicaba, 325, no Bairro Ilha dos Araújo, militares constataram que os índios, entre homens e mulheres, estavam retendo os trabalhadores nas salas, cobrando promessas não cumpridas para a aldeia onde vivem, como água e saneamento básico. Por se tratar de uma comunidade indígena, a ocorrência foi encaminhada à Polícia Federal da cidade.

Um funcionário do órgão que não quis se identificar relatou que o grupo invadiu o local, de forma pacífica, prometendo sair apenas após receber a Coordenadora Distrital do Dsei, Elizabeth Cristina Gosling Stehling. "Não podemos sair nem para almoçar. Alguns tentaram pedir marmitex, mas a polícia preferiu não deixar, com receio de entrar alguma arma no prédio. Apenas pessoas que passaram mal e mães que estão amamentando foram liberadas", conta.

Ainda de acordo com o empregado, uma reunião da coordenadora do órgão, com representantes do Ministério Público, da Polícia Federal (PF) e líderes da Fundação Nacional do Índio (Funai) estava marcada para acontecer às 13h. Mas a negociação só teve início após às 14h. Quatro representantes do grupo foram para o encontro e o restante permanece no prédio impedindo a passagem dos trabalhadores.



Cancelada audiência sobre licenciamento em terras indígenas

SÍTIO REPORTER NEWS, 26.11.2013

Foi cancelada a audiência pública que a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, da Câmara Federal, faria, amanhã, em Brasília (DF), sobre a Instrução Normativa 1/2012, da Fundação Nacional do Índio (Funai). A instrução regulamenta o licenciamento ambiental em terras indígenas. Uma nova data ainda será definida.

O deputado Nilson Leitão (PSDB/MT), que pediu a audiência, considerou que a instrução da Funai, que “visa regular o disposto na Portaria Interministerial 419/2011”, extrapolou seu objetivo, que “deve limitar-se à regulamentação, dentro do âmbito da Funai, da atuação da Fundação em processos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos que afetem terras indígenas”.

Ele ainda cita como exemplos que a Instrução Normativa não pode “estabelecer prazos para o processo de licenciamento, definir hipóteses de suspensão do processo, ou impor, de forma vinculante, seus pareceres ao órgão licenciador, e isso aconteceu. Como exemplo citamos os §3º do art. 18 e §3º do art. 24, que preveem a possibilidade de reprovação de estudos relacionados ao contingente indígena no âmbito do EIA [estudo de impacto ambiental] e do PBA [plano básico ambiental] pela Funai, com solicitação de reformulação dos mesmos”.

O plano básico ambiental detalha os programas necessários para controlar os efeitos que tenham sido identificados no estudo de impacto ambiental feito em um empreendimento aprovado – no caso da Funai, que afete populações indígenas.

Nilson Leitão garante que “a Portaria 419/2011 não prevê essa atribuição de aprovação ou reprovação propriamente dita dos estudos à Funai, determinando que a fundação deverá manifestar-se sobre referidos estudos dentro do prazo previsto, cabendo ao órgão licenciador aprová-lo ou reprová-lo, determinando sua reformulação, quando for o caso”. Dessa forma, finaliza ele, “acreditamos que neste item a Instrução tenha extrapolado sua função de regulação da Portaria – e este é apenas um exemplo entre tantos outros”.

Fonte: Só Notícias/Agronotícias com assessoria



Nota dos Guarani da Terra Indígena Araçá'i: "Não aceitamos acordos políticos em troca de nossa terra tradicional"

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.11.2013

Nós Guarani da terra indígena Araçá'í denunciemos as manobras políticas que estão sendo arquitetadas por parlamentares de Santa Catarina, com o intuito de impedir o avanço da demarcação de nossa terra tradicional, pressionando o Ministério da Justiça, a Fundação Nacional do Índio para não demarcar nossa terra. Além disso, tentam nos convencer de que mudarmos para uma outra área provisória é a melhor saída. Com isso instigam, promovem e fomentam, nas regiões, manifestações contrárias a demarcação de nossa terra, alimentando o ódio e o preconceito da sociedade contra nós.

Denunciamos as estratégias desses políticos de estarem organizando estas ações. A última ofensiva é um acordo assinado sem nossa presença, na compra de uma área em Bandeirantes, no extremo oeste. Não admitimos este acordo feito, coordenado pelo deputado estadual Dirceu Dresch e o secretário da Agricultura do Estado de Santa Catarina, João Rodrigues. Lutamos e sempre lutaremos pela nossa terra tradicional, localizada nos municípios de Saudades e Cunha Porã.

A postura anti indígena desses políticos, que até recentemente estavam na oposição e se manifestavam favoráveis aos nossos direitos, tem, no nosso entender, duas possíveis explicações: primeiro, querem transformar a questão indígena em palanque eleitoral para as eleições de 2014, com isso arrebanhar os votos de uma grande parcela da população que não aceita os povos indígenas como sujeitos e cidadãos detentores de direitos (preconceito histórico existente na região); segundo, políticos considerados de esquerda não compreendem, e talvez nunca compreenderam a realidade cultural de nossa região e a que tudo indica, não têm firmeza ideológica acerca da sociedade que se pretende construir e conseqüentemente são cooptados aos interesses econômicos e políticos.

Reivindicamos nossa terra tradicional desde 1998, sofrendo situações extremas ao longo destes quinze anos: desde a retomada que fizemos e a expulsão que sofremos de nossa terra no ano 2000, até a proibição judicial de retornar ao estado de Santa Catarina no mesmo período. Desde 2001, estamos vivendo sob 08 hectares da terra indígena Toldo Chimbanguê, do povo Kaingang, no município de Chapecó. O reduzido espaço ocupado não permite o cultivo suficiente para garantir a alimentação na aldeia. Com isso, a dependência da assistência dos órgãos governamentais é acentuada. Entretanto, esta assistência tem sido falha e as conseqüências são visíveis.

A maior responsabilidade por essa situação de violência é do Governo Federal que, além de não realizar a demarcação de nossa terra, vem assumindo abertamente e sem pudor uma política desenvolvimentista que converte o meio ambiente, as terras, as águas, as matas, as pessoas em recursos disponíveis para exploração.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Nos, guarani do Araçá'í, exigimos que a Funai faça a demarcação física de nossa terra. E que o Governo do estado de Santa Catarina assuma de uma vez por toda a responsabilidade sobre o erro cometido no passado, regulamentando uma lei que já foi aprovada na Assembléia Legislativa de nosso Estado.

Caso o Governo Federal mantenha uma atitude de descaso e omissão diante da grave situação vivida pelo nosso povo, será diretamente responsabilizado pelas violências e por qualquer confronto que por ventura venha a ocorrer.

Comunidade Guarani do Araçá'í

Terra Indígena Toldo Chimbanguê

26 de novembro de 2013.

Xakriabá ocupam Dsei de Governador Valadares (MG)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.11.2013



Aproximadamente 100 indígenas Xakriabá ocuparam a sede do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (Dsei) em Governador Valadares (MG), na manhã desta terça-feira (26), com o objetivo de denunciar a desassistência à saúde indígena e o desrespeito com a organização social dos povos, caracterizado pela falta de diálogo e por decisões autoritárias por parte da Coordenação do órgão.

Segundo o Cacique Domingos Nunes de Oliveira, as lideranças Xakriabá sempre foram consultadas e ouvidas pelos responsáveis pelos órgãos da saúde, o que não acontece na atual gestão. "Pelo contrário, temos sido atropelados por decisões que prejudicam nossas comunidades e não contribuem para a solução de problemas bastante graves, como a precariedade do saneamento básico e do fornecimento de água. Sem falar que a própria saúde da população é precária. Ainda temos um índice alto de doenças como leishmaniose e Chagas", declara o Cacique. Por estes motivos, os indígenas pedem a saída da atual Coordenadora, Elizabeth Stheling, que, segundo eles, teria sido indicada por um político que é contrário aos indígenas.

"Aqui em Minas Gerais acontece o que vem ocorrendo no Brasil todo: coordenadores do Dsei têm sido definidos a partir de alianças político partidárias, o que faz com que coordenadores sem nenhum conhecimento de saúde indígena assumam estes cargos", analisa Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Coordenador do Cimi Regional Leste.

Leia abaixo a Carta escrita pelos Xakriabá:

CONT.



Documento do Povo Xakriabá

Território Xakriabá, São João das Missões MG, 26 de Novembro de 2013

Assunto: Denúncia de falta de atendimento a saúde.

Nós, Caciques, lideranças e povo Xakriabá, viemos através deste comunicar as decisões do nosso povo no que se refere ao atendimento executado pelo Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena (DSEI) lotado em Governador Valadares (MG), na pessoa de Elizabeth Stheling.

A atual estrutura do Distrito Especial de Saúde Indígena composta pelos estados de Minas Gerais e Espírito Santo vem sendo fragmentada, dificultando o acesso do nosso povo a um atendimento digno de assistência à nossa saúde. Além disso, as intervenções e o atendimento estão sendo realizados sem o devido conhecimento da nossa realidade e com total desrespeito à nossa organização interna.

A atuação da coordenação do DSEI tem se prestado a atender interesses políticos, estabelecer conflitos e desrespeitar a nossa organização interna, causando sofrimento ao nosso povo e acelerando o processo de desassistência à nossa saúde diferenciada, fortalecendo a ideia da municipalização da nossa saúde.

Durante todo o período em que a atual Coordenadora tem estado à frente do DSEI procuramos dialogar no intuito de encontrarmos uma solução para os diversos problemas que afetam o nosso povo no que se refere ao atendimento a nossa saúde. Vários entendimentos foram construídos e documentados com a atual Coordenadora e, no entanto, os desmandos e o desrespeito com o nosso povo têm prevalecido.

Não concordamos com decisões autoritárias que têm por objetivo atender a interesses pessoais e políticos, que nada somam para uma melhoria da qualidade de vida do nosso povo, a exemplo da nomeação de cargos e mudanças, que muito têm nos afetado e contribuído para o acirramento de conflitos dentro do nosso povo.

As nossas reivindicações sempre caminharam amparadas por direitos legalmente constituídos, a exemplo da nossa participação no controle social das políticas públicas direcionadas ao nosso povo, fato este constantemente desrespeitado pela atual coordenação do DSEI.

Diante do exposto, informamos o fechamento do diálogo com esta Coordenação por entendermos que já utilizamos de todos os espaços possíveis para a construção de entendimentos.

Solicitamos a intervenção da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) sob a Coordenação do Dr. Antônio Alves, no intuito de avançarmos na melhoria e efetivação da política pública de Saúde Indígena junto ao nosso povo.

Povo Xakriabá, em 26 de Novembro de 2013

Nota de Repúdio contra os serviços precários do Dsei/Leste/Sesai em Roraima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 26.11.2013



As comunidades indígenas do Polo Base Campo Formoso, Terra Indígena Raposa Serra do Sol, região das Serras, vêm apresentar a sua nota de repúdio contra os serviços precários que vêm sendo feitos pelo Dsei-Leste/Sesai no estado de Roraima.

"A saúde é um estado de completo bem estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças." Organização Mundial de Saúde – OMS

Nós, povos indígenas Macuxi, Ingaricó, Taurepang e Patamona, pertencentes ao Polo

Base Campo Formoso da região das Serras, que reúne 06 comunidades indígenas: Piolho, Sapã, Campo Formoso, Lago Verde, Ponto Geral e Mato Grosso, após ampla discussão, avaliação, e questionamentos sobre a situação da Saúde Indígena, em especial ao atendimento do polo base acima mencionado, vimos manifestar, repudiar e apresentar nossas demandas:

1 – Base legal para garantia de um atendimento de qualidade à saúde indígena e respeito às nossas tradições e costumes:

1. A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas aprovada em 2007 afirma que "os povos indígenas têm direito às suas próprias medicinas tradicionais e a manter suas práticas de saúde, bem como desfrutar do nível mais alto possível de saúde, e os estados devem tomar as medidas necessárias para atingir progressivamente a plena realização deste direito" (artigo 24).

2. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é também signatário, afirma que os "sistemas de assistência a saúde devem dar preferência à formação e ao emprego de pessoal de saúde das comunidades locais, e concentrar-se nos cuidados básicos de saúde, assegurando ao mesmo tempo vínculos estreitos com os demais níveis de assistência a saúde" (artigo 25).

3. Os direitos indígenas estabelecidos nos artigos 231 e 232 da CF/88 que reconhecem a natureza pluriétnica e multicultural do estado brasileiro, e o Sistema Único de saúde (SUS), que estabelece o acesso universal e equitativo à saúde, como um direito de todos e um dever do Estado.

CONT.



Mesmo com os avanços e conquistas, na prática o descaso com a saúde indígena é notório, com falta de competência no uso do recurso público e a falta de transparência.

2. A falta de investimentos na construção de postos de saúde e toda estrutura que possa possibilitar um atendimento digno. A maioria das Casas de Saúde é construída pela própria comunidade, que utiliza o seu próprio recurso.

3. A falta de medicamentos nos postos de saúde vem provocando sérios danos à saúde dos pacientes que muitas vezes são obrigados a esperar vários dias ou meses. Quando os pacientes são removidos para a cidade de Boa Vista se deparam com outro grave problema, a falta de medicamentos receitados pelos médicos. Há casos de indígenas que foram obrigados a comprar remédios ou pagar exames.

4. Com falta de estrada, as comunidades do polo dependem exclusivamente das remoções feitas por transporte aéreo. E em muitos casos as remoções não são feitas, e o mais grave é que o Distrito Leste questiona tais remoções, inclusive ameaçando os Agentes Indígenas de Saúde – AIS.

5. Afirmamos que todas as remoções dos pacientes são feitas após uma avaliação criteriosa. Os AIS foram informados caso as remoções não estiverem conforme os critérios serão obrigados a assinar uma carta de advertência ou se responsabilizar pelo voo da aeronave.

6. A radiofonia instalada na sede de Boa Vista não tem boa propagação, o que dificulta a comunicação. Isso tem gerado sérios problemas para as comunidades que necessitam desse instrumento para informar e solicitar remoções dos pacientes ou casos que merecem atenção urgente.

Diante de tudo que foi relatado, solicitamos medidas para solucionar os problemas que as comunidades enfrentam, a fim de que os nossos direitos possam estar acima de qualquer interesse político.

1. Pedimos organização do setor da radiofonia na sede (cidade de Boa Vista) sendo que muitas das mensagens estão sendo repassadas de forma tumultuosa, prejudicando a comunicação entre a comunidade e a sede em Boa Vista.

2. Pedimos por escrito o esclarecimento sobre as advertências dos AIS no caso de remoções desnecessárias feitas via transporte aéreo. Pedimos documentos onde está escrito a punição aos AIS.

3. Solicitamos melhoria nas estruturas dos postos de saúde, que sejam equipados com os materiais necessários para o bom funcionamento.

4. Que os medicamentos sejam entregues nos prazos, conforme escrito no calendário.

5. Melhorar a radiofonia da sede em Boa Vista, para facilitar a comunicação das comunidades.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

6. Respeitar as diferenças culturais, capacitar os AIS e os profissionais de saúde para lidar com os indígenas especiais que merecerem atenção diferenciada.

Por fim, queremos lembrar que a saúde para os povos indígenas é uma construção coletiva, e se conquista através da participação e do fortalecimento do seu protagonismo e poder de decisão.

Com saudações indígenas,

Atenciosamente abaixo assinamos.

Centro Campo Formoso, 23 de novembro de 2013.

OBS: Documento está sendo entregue para o DSEI/Leste/Sesai, MPF, Funai, CIR e demais autoridades indígenas e não indígenas.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Conferência discutirá Saúde Indígena no Brasil

SÍTIO JORNAL BRASIL, 27.11.2013

O Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde (CNS) realizam a 5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena (5ª CNSI) na próxima semana (2 a 6/12), no Centro Internacional de Convenções do Brasil, em Brasília. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e pela presidente do CNS, Maria do Socorro abrem o evento, às 19horas, de segunda-feira (2).

Participarão cerca de 2 mil pessoas entre delegados, convidados, usuários e trabalhadores da Saúde Indígena. O tema central é Subsistema de Atenção à Saúde Indígena e SUS: Direito, Acesso, Diversidade e Atenção Diferenciada. Para o evento nacional, foram realizadas 306 conferências locais, 34 conferências distritais, com a participação de indígenas e não indígenas, abrangendo 305 etnias que estão distribuídas em todo território brasileiro.

Para credenciamento, acesse a página www.saude.gov.br/5cnsi. Os profissionais de imprensa podem se inscrever até 12 horas da próxima sexta-feira (27). As credenciais serão entregues no dia 2, no local do evento.

A abertura do evento será acompanhada ao vivo pela TV NBR, pela Web Rádio Saúde no link: <http://webradio.saude.gov.br/radio/> e pela Rádio Nacional da Amazônia.

5ª. Conferência Nacional de Saúde Indígena

Data: de 2 a 6/12

Horário: das 9h às 19 horas

Abertura: às 19 horas do dia 2/12 (segunda-feira)

Local: Centro Internacional de Convenções do Brasil (CICB)

Endereço: Setor de Clubes Esportivos Sul, Trecho 2, Conjunto 63, Lote 50, em Brasília - DF

Fonte: Ascom/MS

Fundação Palmares quer certificar 1.578 comunidades quilombolas até o fim do governo Lula

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 27.11.2013



Certificar 1.578 comunidades que se autodefiniram quilombolas é a meta da Fundação Palmares (ligada ao Ministério da Cultura) nos oito anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A maioria dessas comunidades está localizada nos estados da Bahia, do Maranhão, do Pará, de Minas Gerais e Pernambuco.

Conforme estabelece o Decreto 4.557/2003, o reconhecimento é o primeiro passo para a titulação das áreas, a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incra). Segundo a fundação, desde 1995, quando começa o trabalho de reconhecimento das comunidades quilombolas, até hoje foram emitidos apenas 113 títulos, cerca de 900 mil hectares para 11,5 mil famílias de 183 comunidades.

A titulação segue um rito mais lento do que a certificação, disse Gilvânia Maria Silva, coordenadora-geral de regularização de territórios do Incra. Segundo ela, o procedimento é mais "complexo" do que os assentamentos comuns. "Não se trata de um assentamento em terra improdutivo. Os critérios são de uso ancestral da área", explicou.

O processo envolve a abertura, a produção de um relatório (baseado em laudo antropológico), a publicação em edital, o prazo de contestação de quem possa ter interesse sobre a mesma área e a defesa do Incra e a desintrusão (com eventual pagamento de indenizações). Muitos processos vão parar na Justiça. "Passa da governabilidade do Executivo para a o Judiciário", aponta Gilvânia Silva que contabiliza mais de 900 processos em tramitação no Incra com 100 editais publicados. Na Fundação Palmares, há mais de dois mil pedidos de certificação.

O decreto que regulamenta o processo de titulação de terras quilombolas é alvo de ação do partido Democratas no Supremo Tribunal Federal (ação direta de inconstitucionalidade) por causa do critério de autodefinição.

Hoje (20) pela manhã, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, entregou títulos a 85 famílias da Comunidade de Cascas, em Mostardas (RS), um total de 2,3 mil hectares.

Fonte: Agência Brasil/Gilberto Costa



MPF-RO processa Funai por discriminar índios que não vivem em aldeias

SÍTIO TERRA, 27.11.2013

O Ministério Público Federal em Rondônia (MPF/RO) está processando a Fundação Nacional do Índio (Funai) por tratamento preconceituoso e discriminatório a indígenas que não moram em aldeias.

A ação baseou-se em uma investigação que apurou reclamações de negligência da Funai no atendimento a indígenas que pleiteavam auxílio-maternidade e aposentadoria por idade.

Durante a investigação, o MPF/RO verificou que a Funai recusava-se a emitir a certidão de exercício de atividade especial para fins de prova da condição de segurado especial junto ao INSS. O motivo da recusa era o entendimento de que a certidão não poderia ser expedida para indígenas residentes na cidade ou em áreas rurais não demarcadas como terra indígena (sítios, seringais, terrenos de marinha, etc.).

O procurador da República Raphael Bevilaqua afirma que “a certidão era indeferida pela Funai sem que fosse realizada qualquer diligência para verificar se o indígena exercia ou não atividades que o caracterizam como beneficiário especial, ou seja, para verificar se o meio de vida principal era a atividade artesanal em regime de economia familiar usando o extrativismo vegetal ou outros”.

Em 2010, o INSS publicou uma instrução normativa na qual estabeleceu que “enquadra-se como segurado especial o índio reconhecido pela Funai, inclusive o artesão que utilize matéria-prima proveniente de extrativismo vegetal, independentemente do local onde resida ou exerça suas atividades, sendo irrelevante a definição de indígena aldeado, indígena não-aldeado, índio em vias de integração, índio isolado ou índio integrado, desde que exerça a atividade rural em regime de economia familiar e faça dessas atividades o principal meio de vida e de sustento”.

Entretanto, mesmo quando a Funai emite a certidão, faz fora do modelo estabelecido na instrução normativa do INSS. Por causa disto, o pedido de benefício é negado ao indígena.



Projeto mapeia imagem do índio na história da fotografia brasileira

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 27.11.2013

Um trabalho desenvolvido ao longo de 2013 se propôs a traçar um panorama visual sobre a construção da imagem do índio ao longo da história da fotografia brasileira. Segundo a apresentação do projeto do fotógrafo Leonardo Wen, “o ponto de partida deste estudo remonta a 1844, quando o francês E.Thiesson produziu as primeiras fotografias de índios brasileiros que se tem notícia, e engloba até os fotodocumentaristas mais contemporâneos”.

Os nomes escolhidos para compor a lista de fotógrafos do site O Índio na fotografia brasileira foram definidos após pesquisa bibliográfica em arquivos públicos e privados, tanto do Brasil como do exterior, especialmente no que se refere às fotografias produzidas nos séculos XIX e começo do XX. Já as imagens feitas nos anos 1970 em diante foram, em quase todos os casos, cedidas pelos próprios fotógrafos que, salvo raras exceções, guardam consigo seu acervo de originais.

Apesar de estarem listados nomes importantes da fotografia o autor deixa claro que nem todos os fotógrafos que já trabalharam com a questão indígena foram incluídos nesta etapa do trabalho. “A intenção deste projeto é apresentar para o público em geral esta história visual – suas principais vertentes, obras e autores. Por outro lado, espera-se que o conteúdo disponibilizado também sirva como fonte de informação para o público mais especializado”, esclarece o texto de apresentação do site. (Fonte: G1)



Campo Novo sediará Festival e Jogos Indígenas

SÍTIO RÁDIO PIONEIRA, 27.11.2013

Cerca de 500 atletas indígenas de diversos municípios virão a Campo Novo do Parecis entre os dias 06 a 08 de dezembro para participar do VII Festival de Cultura e Jogos Indígenas do Parecis. O evento acontecerá no Estádio Ari Tomazelli, onde será montada uma grande estrutura para a realização dos jogos. A competição é realizada pelas comunidades indígenas Paresí-Haliti e a Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis.

De acordo com o secretário de Cultura e Turismo, Vanderlei César Guollo, este é um evento que confirma a presença do índio e a integração com o não-índio. "Os jogos indígenas é um dos grandes eventos do nosso Calendário Turístico e estamos buscando fazer o melhor, e em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer e Secretaria Municipal de Educação, apoiados pelas demais secretarias, juntamente com as comunidades indígenas Paresi-Haliti faremos uma bela festa", afirmou.

Durante o evento acontecerá uma vasta programação com palestras sobre tecnologia, drogas, álcool, cultura e políticas indígenas. A Cerimônia de abertura contará com desfile das delegações e o canto tradicional indígena e ainda, abertura da feira de artesanato indígena e pintura corporal.

De acordo com a organização, estão conformadas a presença das etnias PARESI-HALITI, dos municípios de Campo Novo do Parecis, Tangará da Serra, Sapezal e Comodoro; UMUTINA - do município de Barra do Bugres; MANOKI - do município de Brasnorte; e NHAMBYKWARA - do município de Sapezal.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

MS – I Seminário Nacional de Direitos Humanos e Povos Indígenas com Deficiência, 27/11

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 27.11.2013



Programação

Dia 27/11/2013 – Auditório da FAED

Abertura: 8:00 hrs

Vander Aparecido Nishjima - Coordenador Regional da FUNAI – Dourados, MS

Profa. Teresinha Piva – Gestora da Educação Especial SEMED

Cerimônia Espiritual

Painel 1. 08 :30 – 09:45

Direitos sociais e a participação dos povos indígenas com deficiência na vida comunitária.

Marcos Mariano Terena FUNAI Brasília e Professor da Cátedra Indígena Latino Americana

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Profa. Doutoranda Tatiana Azambuja Ujacow UFMS

Profa. Dra. Maria Beatriz Rocha Ferreira FAED/UFGD

Coordenação: Profa. Dra. Beatriz Landa UEMS

Intervalo

Painel 2. 09: 45-11:30

O direito dos povos indígenas com deficiência à Educação: o que dizem as pesquisas

Professor Mes. Eliel Benites - FAIND

Profa. Dra. Marilda Moraes Garcia Bruno

Relato das professoras indígenas da Educação Especial

Coordenação: Prof. Dr. Reinaldo dos Santos

Debates: 11:30-12:00

Comissão organizadora:

Marilda Moraes Garcia Bruno

Maria Beatriz Rocha Ferreira

Maria Vinha

Reinaldo dos Santos



Acrissul debate com vereadores os conflitos agrários envolvendo índios e fazendeiros
SÍTIO RURAL CENTRO, 27.11.2013

O ruralista atendeu convocação da vereadora Juliana Zorzo, que marcou para o dia 5 de dezembro uma audiência pública na Câmara, com todos os envolvidos no conflito, além de representantes do Ministério Público Federal, Funai e governo do Estado.

No dia 30 de novembro, sexta-feira, acaba o prazo pactuado entre as partes para que uma solução definitiva seja dada para o problema. Do lado dos proprietários rurais eles exigem que os mandados de reintegração sejam cumpridos imediatamente.

Do lado dos indígenas eles prometem intensificar as invasões daquelas propriedades que consideram como "áreas indígenas", mesmo sem justo título ou posse mansa ou pacífica.

A Acrissul promove no dia 7 de dezembro o Leilão da Resistência, o lançamento de uma mobilização nacional contra as invasões de terras por indígenas em todo o País estimuladas pelo Conselho Indigenista Missionário, por ONGs internacionais e pela própria Funai (Fundação Nacional do Índio), órgão responsável por estudos antropológicos cuja validade vem sendo questionada em várias instâncias.

A Acrissul vem desde 2009 atuando junto às frentes de defesa dos interesses dos fazendeiros vítimas de invasões de terras por indígenas, principalmente na região do Cone Sul e de Sidrolândia. Atualmente, segundo números das entidades ruralistas, já são 80 propriedades invadidas por indígenas, que reivindicam a posse das terras e a ampliação das reservas, mesmo diante da proibição pacificada por decisão recente do Supremo Tribunal Federal.

No último dia 21 foi formada uma força-tarefa para providenciar a avaliação da fazenda Buriti, do produtor rural Ricardo Bacha, considerada hoje o maior foco do problema envolvendo o conflito de interesses entre índios e fazendeiros.

Desde então a força tarefa tem uma semana para concluir os trabalhos. Segundo levantamentos da Acrissul, para desapropriar as fazendas pretendidas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul seriam necessários meio bilhão de reais para bancar as indenizações da terra e suas benfeitorias.

Francisco Maia reafirmou ainda na tribuna da Câmara de Vereadores de Campo Grande que "se o País considera ter uma dívida histórica com os povos indígenas que essa dívida seja paga por toda a sociedade e não só pelos produtores rurais que estão no risco de terem suas propriedades confiscadas".

O ruralista rebateu as afirmações da mídia que o movimento ruralista pretende fazer um leilão para arrecadar fundos e contratar milícias para combater os indígenas num possível confronto. Para Chico Maia há setores da imprensa que continuam tratando os produtores rurais como

CONT.



senhores de engenho.

“Nós também queremos a paz, mas não podemos aceitar ser expulsos de nossas propriedades legitimamente adquiridas. Milícia é organização para-militar, isso somos contra, mas temos o direito de garantir nossa segurança contratando vigilantes como fazem os bancos, os shoppings centers qualquer instituição da iniciativa pública ou privada”, exemplificou.

O vereador Zeca do PT, que foi governador do Estado por oito anos e viveu de perto o problema, culpou o Estado pelos conflitos. Zeca questionou as razões do leilão, assim como o fez o também vereador Alex do PT. Para ambos Maia deu a garantia das entidades de que não há e não haverá contratação de milícias para combater num possível confronto entre índios e fazendeiros.

Maia até brincou com o vereador Alex do PT referindo-se à cor da sua gravata como sendo azul, quando na verdade era vermelha. “Nós também não podemos aceitar que uma mentira seja transformada em verdade vereador”, afirmou Chico Maia, ao novamente falar das tentativas dos movimentos indigenistas e de setores da imprensa em querer inverter os fatos e transformar o movimento ruralista em vilão.

Audiência Pública

Durante a Sessão Ordinária desta terça-feira (26), o vereador Paulo Pedra, vice-presidente da Comissão Permanente de Indústria, Comércio, Agropecuária e Turismo sugeriu que a Câmara Municipal realize uma Audiência Pública para discutir demarcações de terras e conflitos entre produtores e índios no próximo dia 05. Durante a sessão a vereador Juliana Zorzo apresentou requerimento convocando a audiência pública.

Durante seu discurso, o parlamentar lembrou que é necessário revogar o Decreto do então presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual as demarcações são feitas por meio de estudos antropológicos, sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (Funai).

“Temos que parar de fazer demagogia, a demarcação deve ser feita com terras da União”, defendeu o vereador. O parlamentar acredita que a discussão é o primeiro passo para resolver esse conflito no campo.

Fizeram ainda uso da palavra durante o debate os vereadores Saraiva, Carlão e a autora da convocação de Maia, a vereadora Juliana Zorzo.

André discute com deputados e entidades sobre indenização a produtores rurais
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 27.11.2013



A busca por uma alternativa de indenização aos produtores rurais em áreas de conflito indígena é tema, nesta manhã (27), de reunião do governador do Estado, André Puccinelli (PMDB), com nove deputados estaduais e representantes dos produtores rurais e indígenas.

O encontro ocorre como agenda interna do governador e tem por objetivo avaliar as propostas apresentadas na semana passada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre as alternativas para a compra de terras em áreas de conflito indígena.

Dos produtores, há representantes da Acrissul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e da Agraer (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural). Da parte dos indígenas participam integrantes do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Dentre as alternativas de indenização estava o uso de TDA's (Títulos da Dívida Agrária) que serviram para a aquisição de terras do Estado e posterior indenização dos produtores, mas as de posse do poder público seriam insuficientes para este fim. Já quanto as terras confiscadas do tráfico, há de se aguardar trâmite na Justiça e também seriam poucas, em vista da necessidade de áreas a se indenizar.

Ainda dentre o leque de opções estaria a utilização de parte do pagamento da dívida ativa do Estado com a União a ser utilizado para a compra das propriedades reivindicadas como indígenas, mas neste ponto a própria União teria que renunciar receita.

A principal preocupação do Governo Federal, neste caso, seria encontrar uma solução para evitar o conflito entre indígenas e produtores rurais sem abrir precedente para que outros Estados também passem pela mesma situação.



Indígenas disputam terras em Vicente Dutra

SÍTIO BRASIL247, 27.11.2013

Conflito ocorre em uma área já declarada e demarcada como terra indígena; no entanto, parte do território ainda é ocupado pelo balneário Águas do Prado, uma estância turística, o que adia a resolução para a comunidade caingangue

Iuri Müller

Sul 21 - Localizada na fronteira com Santa Catarina e a poucos quilômetros da divisa com a Argentina, a cidade de Vicente Dutra, no norte do Rio Grande do Sul, tem sido palco de enfrentamentos entre indígenas, agricultores e proprietários de um balneário. O conflito ocorre em uma área já declarada e demarcada como terra indígena. No entanto, parte do território ainda é ocupada por uma estância turística, o que adia a resolução para a comunidade caingangue.

Na última semana, o cenário passou da atmosfera de tensão para episódios de enfrentamento direto. Indignados pela demora na garantia da utilização da área, demarcada em 2004, os indígenas decidiram pela ocupação espontânea do balneário turístico no final da tarde da última quarta-feira (20). A ação terminou num confronto entre indígenas, um vigilante da estância e a Brigada Militar.

Representantes da comunidade indígena afirmaram que o vigilante disparou repetidamente na direção dos caingangues, enquanto que o vigia, que terminou hospitalizado, disse ter sido agredido com flechas e facões. Apesar dos incidentes, o lugar acabou ocupado naquela mesma noite, mas retomado pelos proprietários no dia seguinte.

O episódio deflagrou o acirramento das relações já conturbadas entre os grupos envolvidos na demarcação e indenização de terras no Norte gaúcho. Os indígenas se queixam da demora das ações tanto do governo federal como do estadual, ao mesmo tempo em que agricultores e demais proprietários temem perder a propriedade da área em que se fixaram nos últimos anos. A Constituição federal, no entanto, assinala como dever do Estado a demarcação de áreas tradicionalmente indígenas.

Em carta publicada no seu site oficial, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) afirmou que as lideranças indígenas que participaram de alguma maneira da ação têm recebido ameaças e tentativas de intimidação, por telefone e pela internet.

Entretanto, permanecem na área próxima ao balneário Águas do Prado. A nota também afirma que, segundo os indígenas, o funcionamento da estância dificulta a "homologação e desintrusão" da terra indígena.

CONT.



Para Elton Scapini, diretor-geral da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul, a situação em Vicente Dutra tem traços distintos em relação a outras disputas. "Ali, temos a situação de ser uma área de fronteira. Nos anos 1960, houve um acordo entre os governos federal e estadual e a União delegou ao estado o processo de titulação nestes territórios. Mas a responsabilidade, de qualquer maneira, permanece com a União. Além disso, há uma situação particular nesta cidade que envolve a área termal", afirma Scapini.

A princípio, os agricultores removidos recebem indenização pelas benfeitorias em ocupações de boa-fé, mas o governo federal estuda ampliar a indenização para a propriedade das terras – o que facilitaria o processo indenizatório e a retomada dos territórios pelos indígenas. "Em Vicente Dutra, área já declarada e demarcada, isso pode resolver a questão, mas é uma interpretação minha. Em outros lugares, os agricultores não querem nem ouvir falar em indenização e falam que vão permanecer nos locais", declara o diretor-geral da secretaria.

Em reunião realizada após o episódio, segundo o site do CIMI, representantes do Ministério Público Federal (MPF) e da Fundação Nacional do Índio (Funai) firmaram um acordo que busca a garantir a indenização e o reassentamento de vinte agricultores de Vicente Dutra até março do ano que vem.

Força-tarefa vai agilizar regularização fundiária quilombola

SÍTIO DIÁRIO DO AMAPÁ, 27.11.2013



O Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) propôs a criação de força-tarefa para agilizar os processos referentes a terras quilombolas pendentes de regularização no Incra. Os órgãos participantes da audiência pública para discutir o tema aceitaram a proposta. O evento realizado na manhã desta quinta-feira, 26 de novembro, contou com a presença de remanescentes de quilombo de diversas localidades do estado. Cerca de 200 pessoas lotaram o auditório da Advocacia Geral da União.

Durante a audiência, mais de vinte representantes das comunidades fizeram perguntas e trouxeram informações ao MPF/AP e órgãos presentes no evento. "A Lagoa dos Índios foi a primeira a iniciar o processo de reconhecimento. Os moradores da minha comunidade não podem pegar peixe, pegar lenha porque a terra foi tirada deles. Por que essa demora em titular uma terra?", questionou Jorge Barbosa, membro da comunidade. "O papel do MPF é dar voz às comunidades na discussão das políticas públicas e cobrar dos órgãos a execução dessas políticas", explicou o procurador da República Felipe Moura Palha.

O procurador da República Camões Boaventura aponta como principais causas da demora na regularização fundiária quilombola "carência de recursos humanos e orçamentários, falta de vontade política, influência de interesses econômicos externos e, infelizmente, o racismo institucional". Embora o MPF/AP reconheça essas dificuldades, considera inadmissível que um direito básico das comunidades tradicionais venha sendo reite-radamente desrespeitado.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 215 / 2013

Brasília, 27 de novembro de 2013.

Na ocasião, aconteceu a assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real Coletivo de Uso Gratuito celebrado entre a Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Incra e Associação Quilombola São Raimundo do Pirativa. O documento transfere para a comunidade a posse da terra anteriormente pertencente à União.